



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682249 - SP (2021/0231865-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FLÁVIO DE ALMEIDA PONTINHA - SP269293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEFERSON ANDRADE DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFERSON ANDRADE DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (0000879-04.2021.8.226.0996).

O paciente, reincidente, cumpre pena privativa de liberdade de 7 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão, oriunda de condenação por prática do delito de roubo majorado em continuidade delitiva.

O paciente encontrava-se cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado quando requereu o livramento condicional ou, subsidiariamente, progressão ao regime semiaberto de cumprimento de pena.

O juízo de primeiro grau de jurisdição deferiu a progressão ao regime semiaberto, mas indeferiu o livramento condicional, sob o fundamento da necessidade de passagem pelo regime intermediário.

Ao julgar Agravo de Execução Penal interposto pelo paciente, o TJSP manteve a decisão, pelo mesmo fundamento.

A impetrante sustenta que afigura-se ilegal a decisão do TJSP ao exigir cumprimento de parte da pena no regime intermediário para concessão do livramento condicional. Aduz que o paciente cumpriu todos os requisitos para a obtenção do livramento condicional. Com efeito, cumpriu o lapso temporal exigido (requisito objetivo) e possui bom comportamento carcerário (requisito subjetivo). Além disso, alega que o paciente foi submetido a exame criminológico, tendo recebido parecer favorável a ambos os benefícios.

Requer seja recebida e processada a presente ordem, sob o efeito da liminar, deferindo ao paciente o livramento condicional independentemente do cumprimento de parte da pena no regime semiaberto. Ao final, seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

Concessão da benesse por presença de requisitos legais. Inviabilidade. Sentenciado, reincidente, condenado por roubo majorado em continuidade delitiva. Perícia determinada com manifestação favorável à progressão ao regime semiaberto e à concessão do benefício de livramento condicional. Cumprimento da reprimenda em regime fechado até a prolação da r. decisão impugnada. Clara necessidade de efetiva experiência no semiaberto para verificar a evolução do processo de ressocialização, com assimilação dos ditames da terapêutica penal. Não é adequada a passagem direta do regime fechado para o livramento condicional sem o estágio no regime semiaberto, o qual consiste em cautela importante. Precedentes deste E. Tribunal. Situação verificada no caso que, em princípio, comprova a necessidade, a legitimidade e a pertinência da cautela exigida. Uma vez não demonstrada a presença dos demais requisitos legais, notadamente o previsto no art. 83, III, do CP, não há de se cogitar na concessão do benefício almejado. Negado provimento.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência